



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2021
DATA: 28/11/2021 - PERÍODO: MANHÃ

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas da prova.
 - Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e em hipótese alguma, papéis para rascunho.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes no **CARTÃO-RESPOSTA**, caso haja alguma divergência, você deve comunicar ao fiscal de sala.
- Após a conferência, você deverá assinar o seu nome completo, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA** utilizando caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome e assine nos espaços indicados neste **CADERNO DE QUESTÕES**, bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Não será permitido o uso de borracha ou corretivo de qualquer espécie no **CARTÃO-RESPOSTA**, bem como qualquer outro tipo de rasura.
- Para cada uma das questões são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), (d) e (e); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar **apenas uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, entregue ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinado e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4hs00min**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorrida **1 (uma) hora**.

N.º DE INSCRIÇÃO						

ASSINATURA

NOME DO CANDIDATO (Letra de Forma)

Corte na linha pontilhada- - - - -

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda as questões 01 e 02.

O ceticismo profissional na Contabilidade e a mitigação de risco

Diante de tantos acontecimentos recentes e operações que envolvem casos de corrupção e lavagem de dinheiro, o movimento que tem se observado no Brasil é marcado pelo repúdio da sociedade e pela cobrança acerca de exemplar punição aos criminosos. Apesar de aumentar o pessimismo dos agentes quanto à confiabilidade, esse processo acaba agregando algo positivo ao ambiente de negócios à medida que desperta e sensibiliza todos os *stakeholders* envolvidos. Toda essa situação pode representar passos importantes em direção a um novo caminho, regido pela ética, integridade, confiança e transparência.

Apesar de, em 2018, ter sido a segurança a maior preocupação dos brasileiros (com um índice de 75%), de acordo com dados do Ibope, a preocupação com a corrupção cresceu, significativamente, nos últimos anos, sobretudo a partir de 2015. /.../, o item “corrupção” atingiu seu maior índice em 2017 (62%), tornando-se a maior preocupação entre os brasileiros neste ano. /.../

Diante disso, este artigo pretende lançar um olhar abrangente a respeito do ceticismo no âmbito profissional. Pode-se dizer que essa postura na profissão nasce da necessidade de mitigar riscos e preservar o interesse público, dadas a deterioração do ambiente de negócios e a desonestidade de propósitos daqueles que buscam levar vantagens indevidas nas transações realizadas, motivadas por práticas criminosas em larga medida na lavagem de ativos, corrupção, crimes contra a ordem econômica, financeira e tributária, fraude em licitações, entre outros.

No âmbito da Contabilidade, considerando o contexto brasileiro de desconfiança generalizada, o ceticismo profissional dos auditores é uma decorrência natural e necessária, pois esses profissionais precisam ter um olhar muito mais crítico sobre tudo o que examinam, dada a sua importância para assegurar a governança e os controles das organizações. /.../

Para Hurtt (2007), nenhuma outra área está tão preocupada com o papel de ceticismo profissional como a Auditoria. Para esse autor, o ceticismo profissional pode ser considerado como a propensão de um indivíduo em adiar a conclusão de uma tarefa até que a evidência forneça suporte suficiente para uma explicação sobre determinado fato. Por sua vez, a *International Federation of Accountants* (Ifac) define o ceticismo profissional como “a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.” (NBC TA 200, par. 13(l)). Salienta ainda que é necessária uma postura cética ao longo de todo o trabalho, para que o auditor independente reduza os riscos inerentes à atividade considerando os envolvidos. Esses riscos podem se referir às seguintes situações: não identificar circunstâncias suspeitas; obter conclusões generalizadas; e usar pressupostos errados na obtenção de evidência e na avaliação dos respectivos resultados.[...]

Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/o-ceticismo-profissional-na-contabilidade-e-a-mitigacao-de-risco/>.

01) Após analisar o texto, o objetivo principal proposto pelo autor é:

- a) no primeiro parágrafo – “representar passos importantes em direção a um novo caminho, regido pela ética, integridade, confiança e transparência.”.
- b) no terceiro parágrafo – “essa postura na profissão nasce da necessidade de mitigar riscos e preservar o interesse público”.
- c) no terceiro parágrafo - “lançar um olhar abrangente a respeito do ceticismo no âmbito profissional”.
- d) no quarto parágrafo – “ceticismo profissional dos auditores é uma decorrência natural e necessária”.
- e) no quinto parágrafo – “não identificar circunstâncias suspeitas; obter conclusões generalizadas;”

02) De acordo com o autor, a relevância do ceticismo profissional dos auditores é:

- a) uma decorrência natural e necessária, pois esses profissionais precisam ter um olhar muito mais crítico sobre tudo o que examinam, dada a sua importância para assegurar a governança e os controles das organizações.
- b) considerada como a propensão de um indivíduo em adiar a conclusão de uma tarefa até que a evidência forneça suporte suficiente para uma explicação sobre determinado fato.
- c) necessária ao longo de todo o trabalho, para que o auditor independente reduza os riscos inerentes à atividade considerando os envolvidos.
- d) questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- e) uma avaliação otimista das evidências de auditoria.

03) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente, segundo as regras ortográficas da língua portuguesa.

- a) anti-semita / baiúca / transito / ex-presidente.
- b) circum-escolar / tranquilo / co-autor / auditório.
- c) dia-a-dia / assembleia/ voo/ ex-diretor.
- d) disciplina/ super-homem/ ideia/ micro-ondas.
- e) pré-escolar / extra-humano / micro nutriente / semirreta

04) Observe os períodos abaixo.

- 1. Todo o estado de alma é uma paisagem.**
(Fernando Pessoa)
- 2. [...] todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente é uma paisagem.**
(Fernando Pessoa)
- 3. Ouviram do Ipiranga as margens plácidas.**
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade em raios fúlgidos
Brilhou no céu da pátria neste instante.
(Hino Nacional)
- 4. Que tenho eu meditado sobre Deus e a alma**
E sobre a criação do mundo? (Fernando Pessoa)

5. Quer sejam saudades, quer sejam desejos
Da pátria melhor,
Eu amo seus olhos... (Gonçalves Dias)

Quanto à classificação por períodos simples e composto, é possível afirmar que:

- I. 1 e 4 sinalizam um período simples, já que ambos nos apresentam uma oração absoluta.**
- II. 2 apresenta um período composto por subordinação com uma oração substantiva.**
- III. 3 apresenta um período composto por coordenação, sendo duas orações coordenadas sindéticas e uma assindética.**
- IV. 5 sinaliza um período composto por coordenação com duas orações sindéticas alternativas e uma assindética.**

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I e II.

Leia o texto e responda as questões 05 e 06.

As mãos que liam

Minhas amiguinhas (...) tinham uma novidade para me contar:

– Enquanto você estava doente, apareceu na aldeia uma moça que sabe ler as palavras com a ponta dos dedos.

– Como? – perguntei incrédula e, ao mesmo tempo, desapontada por não ter sido a primeira a descobrir o fato.

– É isso mesmo. Ela lê com as mãos. Todas as terças-feiras ela vai à igreja para contar a História Sagrada para as crianças do catecismo. Você quer ir?

Na terça-feira, fomos em bando até a igreja e nos sentamos nos primeiros bancos. Ali fiquei eu, com o coração ansioso, à espera da moça que recolhia as palavras com as mãos, como se fossem frutos maduros das árvores.

De súbito, ela entrou. Caminhava devagarinho pelo corredor, apoiada em uma bengala (...). E, quando se aproximou do altar, fez o sinal da cruz, sentando-se à nossa frente. Tinha uma expressão bondosa, mas distante, posta no vazio. Olhava-nos, mas não nos via. [...]

05) Observando-se a composição da cena apresentada, pode-se afirmar que há o predomínio de passagens:

- a) descritivas.
- b) injuntivas.
- c) narrativas.
- d) dissertativas.
- e) temporais

06) A expressão “De súbito” que inicia o último parágrafo não pode ser substituída, sem prejuízo semântico, em:

- a) “De fato”.
- b) “De repente”.
- c) “De abrupto”.
- d) “De imediato”.
- e) “De modo inesperado”.

07) Leia o texto e complete as lacunas.

_____ a torrada cai de ponta-cabeça

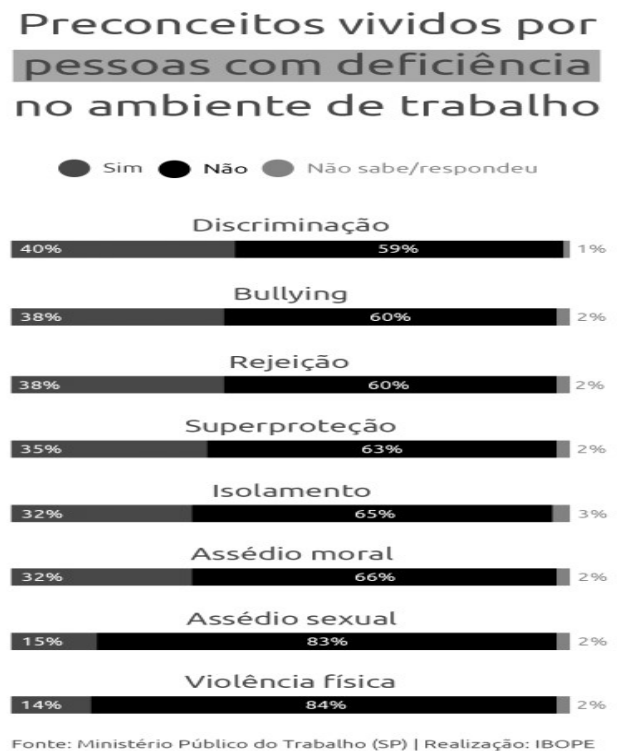
Parece perseguição do azar: quando escapa da mão, um pedaço de pão ou torrada sempre aterrissa com a manteiga voltada para baixo. Mas segundo o físico Roberto Matthews, da Universidade de Aston, em Birmingham, na Inglaterra, o inevitável acidente não é obra do destino, mas resultado da ação da força de gravidade. Depois de passar dias criando e resolvendo complicadas equações, ele chegou à conclusão de que a manteiga sempre vai de encontro ao chão simplesmente _____ a torrada não tem tempo, durante a queda, de se virar para cima. [...]

(Superinteressante, ano 9, n. 10)

Tendo em vista as características formais do texto, qual das alternativas abaixo completa corretamente as lacunas?

- a) Porque – por que
- b) Por que - porque
- c) Por quê - porque
- d) porquê – por que
- e) Porquê – por quê

08) Leia o infográfico abaixo produzido pelo IBOPE em 2020 a partir de uma pesquisa solicitada pelo Ministério Público de São Paulo sobre capacitismo no local de trabalho.



(Entenda como eliminar comportamentos capacitistas a pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. TREE,2021. Disponível em: [https://cfa.org.br/resiliencia-e-fator-chave-para-mercado-de-trabalho/.](https://cfa.org.br/resiliencia-e-fator-chave-para-mercado-de-trabalho/))

Por meio desse infográfico, pode-se afirmar que:

- a) A superproteção está no quarto lugar do ranking das respostas positivas sobre capacitismo no local de trabalho.
- b) O isolamento e o assédio moral apresentam os mesmos percentuais nas respostas dos entrevistados.
- c) O bullying e a rejeição ocupam igualmente a segunda posição dentre os tipos de capacitismos citados pelos entrevistados.
- d) A violência física, com 1,4%, não ocupa uma posição de destaque quanto ao capacitismo no local de trabalho.
- e) O assédio sexual, com 1,5%, não ocupa uma posição de destaque quanto ao capacitismo no local de trabalho.

09) As palavras “resiliência” e “salários” são acentuadas. A regra que justifica essa acentuação é:

- a) Acentuam-se todas as palavras proparoxítonas sem exceção.
- b) Acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
- c) Acentuam-se as palavras oxítonas terminadas em a e o, seguidas ou não de s.
- d) Acentuam-se monossílabos tônicos terminados nas letras a, e, o, seguidas ou não de s.
- e) Acentuam-se todas as palavras paroxítonas sem exceção.

10) Assinale a alternativa em que a frase emprega corretamente o uso da crase:

- a) Vou à São Paulo no próximo fim de semana.
- b) Não devo satisfação à ninguém.
- c) Às vezes, é difícil ter que explicar isso.
- d) Gostaria de poder andar à cavalo.
- e) Gosto de andar à pé.

CONHECIMENTOS GERAIS

11 – A campanha desenvolvida pelos órgãos de saúde em todo o Brasil denominada como “Novembro Azul”, visa à conscientização sobre:

- a) AIDS.
- b) Aleitamento materno.
- c) Autismo.
- d) Câncer de mama.
- e) Câncer de próstata.

12 – A maioria dos parques eólicos brasileiros está localizada em qual região geográfica?

- a) Região Centro Oeste.
- b) Região Nordeste.
- c) Região Norte.
- d) Região Sudeste.
- e) Região Sul.

13 – Apesar de ter feito sua carreira política em Minas Gerais, o atual Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, é natural

da Região Norte do Brasil, mais precisamente de qual estado?

- a) Amapá
- b) Amazona.
- c) Rondônia.
- d) Roraima.
- e) Tocantins.

14 – De acordo com o cronograma estabelecido pelo edital de leilão da tecnologia 5G, qual das alternativas abaixo apresenta a prioridade de atendimento já a partir de 2022?

- a) Capitais das Unidades da federação.
- b) Cidades do interior ainda não contempladas pelo 4G.
- c) Regiões Metropolitanas de todos os estados.
- d) Serviços ligados à segurança pública.
- e) Unidades de Saúde (particulares e públicas).

15 – Durante a Primeira República (ou República Velha) uma época ficou conhecida como “República da Espada”. Foram presidentes durante a chamada “República da Espada”:

- a) Afonso Pena e Artur Bernardes.
- b) Campos Sales e Delfim Moreira.
- c) Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.
- d) Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha.
- e) Prudente de Moraes e Rodrigues Alves.

16 – Foi eleito(a) para ocupar a vaga de Affonso Arinos de Mello Franco na Academia Brasileira de Letras:

- a) Daniel Munduruku.
- b) Fernanda Montenegro.
- c) Gabriel Chalita.
- d) Gilberto Gil.
- e) Sâmia Macedo.

17 – Leia com atenção o trecho abaixo.

Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de

justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. (Fonte: Fundação Getúlio Vargas)

O trecho acima remete o leitor a(o):

- a) Ação Integralista Brasileira.
- b) Aliança Nacional Libertadora.
- c) Departamento de Imprensa e Propaganda.
- d) Plano Cohen.
- e) Revolução Constitucionalista Paulista.

18 – Leia com atenção o trecho abaixo.

Nesta quarta-feira, 26 de abril, o Tratado de Itaipu completa 44 anos. Assinado nesta data, em 1973, o Tratado é uma peça jurídica sem paralelo no mundo, que possibilitou a implantação de um empreendimento que, uma década mais tarde, se tornaria a maior usina hidrelétrica do mundo, título que manteve por quase três décadas.

Fonte: Itaipu Binacional (25/04/2017).

Quem foi o Presidente da República que assinou esse tratado pelo Brasil?

- a) Castello Branco.
- b) Costa e Silva.
- c) Ernesto Geisel.
- d) Garrastazu Médici.
- e) João Figueiredo.

19 – Tendo com base os números mais atuais do IBGE, que datam de 2018, podemos afirmar que o PIB per capita de Três Passos vem crescendo desde 2010, tendo seu valor apresentado na página do IBGE dedicada ao município, na casa de:

- a) R\$ 31.500,00.
- b) R\$ 32.500,00.
- c) R\$ 33.500,00.
- d) R\$ 34.500,00.
- e) R\$ 35.500,00.

20 – Todos os políticos abaixo ocuparam a Presidência da República de forma interina entre 1945 e 1964, exceto um deles, que assumiu como vice-presidente eleito, em decorrência da morte do titular, foi ele:

- a) Café Filho.
- b) Carlos Luiz.
- c) José Linhares.
- d) Nereu Ramos.
- e) Ranieri Mazzilli.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - Nos termos da Constituição da República de 1988, acerca do processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada será objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- e) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

22 - De acordo com a Constituição da República de 1988, acerca dos direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) Não podem alistar-se como eleitores os analfabetos, os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco

anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

- c) Para concorrerem em novas eleições, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23 - No que concerne a Administração Pública Indireta, é correto afirmar que:

- a) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b) Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em

sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

- d) A empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- e) A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade limitada e estará sujeita ao regime previsto na Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

24 - Nos termos da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei n. 14.230, de 25 de outubro de 2021, é correto afirmar que:

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Os atos de improbidade não violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- d) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- e) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de

imparcialidade e de legalidade, caracterizada por nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

25 - Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Três Passos, estabelecido pela Resolução n. 06/2003, com a redação dada pela Resolução n. 1/2013, é correto afirmar que:

- a) O Vereador poderá licenciar-se para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, por prazo inferior a cento e oitenta dias, por Sessão Legislativa Anual.
- b) As Comissões Permanentes compõem-se de cinco membros cada uma.
- c) É vedado a qualquer servidor da Câmara Municipal prestar informações, a não ser a Vereadores, sobre matéria em andamento nas Comissões, exceto quando tiver ordem expressa do Presidente da Comissão.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores e ao Tribunal de Contas para apurar a responsabilidade administrativa.

- e) A CPI terá o prazo de 180 dias, prorrogável por mais 90 dias, para a conclusão dos seus trabalhos.

26 - De acordo com a Lei Orgânica do Município de Três Passos, com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n. 5/2012, é correto afirmar que o Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores, composta de:

- a) 09 (nove) Vereadores.
- b) 11 (onze) Vereadores.
- c) 13 (treze) Vereadores.
- d) 15 (quinze) Vereadores.
- e) 17 (dezesete) Vereadores.

27 - De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Passos, estabelecido pela Lei Complementar n. 18 de 16 de agosto de 2011, é correto afirmar que:

- a) Reversão é o retorno do Servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- b) Recondição é a investidura em Cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido o Servidor em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- c) Readaptação é o retorno do Servidor aposentado por invalidez à atividade no serviço público municipal, verificado, em processo, que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.
- d) A reintegração é a investidura do Servidor estável no Cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, relativas ao período do afastamento.
- e) Não poderá ocorrer reversão do Servidor que contar sessenta e cinco anos de idade.

DIREITO CIVIL

28 - Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, com a redação dada pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, é correto afirmar que:

- a) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- b) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual produzirá efeitos a partir da aprovação da autoridade competente.
- c) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa ou dolo.
- d) Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, exclusivamente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.
- e) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

29 - Nos termos do Código Civil, acerca das pessoas naturais, é correto afirmar que:

- a) Far-se-á averbação em registro público da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- b) Serão averbados em registro público a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- c) Cessar, para os menores, a incapacidade pelo exercício de cargo em comissão.
- d) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

30 - De acordo com a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, é correto afirmar que são penhoráveis:

- a) Os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.
- b) Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.
- c) A quantia depositada em caderneta de poupança, acima de 20 (vinte) salários-mínimos.
- d) Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.
- e) O seguro de vida.

31 - De acordo com a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, acerca do cumprimento da sentença, é possível afirmar que:

- a) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
 - b) A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
 - c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de dez dias, acrescido de custas, se houver.
 - d) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em dez dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
 - e) O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício pelo juiz.
- a) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
 - b) Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei.
 - c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - d) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
 - e) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

DIREITO PENAL

32 - “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”, configura do crime de:

- a) Corrupção passiva.
- b) Peculato.
- c) Prevaricação.
- d) Corrupção ativa.
- e) Apropriação indébita.

33 - De acordo com a Lei n. 4.729, de 14 de julho de 1965, é correto afirmar que constitui crime de sonegação fiscal:

DIREITO TRIBUTÁRIO

34 - De acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- c) Os tributos são impostos, tarifas e contribuições de melhoria.
- d) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor

nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.

- e) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

35 - É correto afirmar que o Princípio da Capacidade Econômica está presente no seguinte dispositivo constitucional:

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributo sem relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- e) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os

rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

DIREITO AMBIENTAL

36 - De acordo com a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, é correto afirmar que:

- a) Recurso ambiental: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- b) Proteção integral: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
- c) Unidade de conservação: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- d) Preservação: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.
- e) Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

37 - De acordo com a Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006, é correto afirmar que:

- a) Concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por

- sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) Inventário amostral: ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o PMFS e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor, mediante procedimento administrativo específico.
 - c) Órgão gestor: órgão com representação do Poder Público e da sociedade civil, com a finalidade de assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas.
 - d) Auditoria florestal: levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre determinada floresta, utilizando-se processo de amostragem.
 - e) Produtos florestais: elementos ou características de determinada floresta, potencial ou efetivamente geradores de produtos ou serviços florestais.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

38 - De acordo com a Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965, é correto afirmar que o prazo de contestação na ação popular é de:

- a) 10 (dez) dias.
- b) 15 (quinze) dias.
- c) 20 (vinte) dias.
- d) 30 (trinta) dias.
- e) 15 (quinze) dias corridos.

39 - Nos termos da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, acerca do mandado de segurança, é correto afirmar que:

- a) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 (quinze) dias, quando notificado judicialmente.

- c) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- d) A sentença que conceder o mandado de segurança não poderá ser executada provisoriamente.
- e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.

40 - Nos termos da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, é correto afirmar que:

- a) São anuláveis os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.
- b) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.
- c) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- d) Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de dez causas por ano.
- e) A advogada lactante tem direito a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.